

# **Responsabilidade social das usinas do setor sucroalcooleiro: uma análise do nível de investimento em aspectos sociais internos, externos e ambientais**

Edmery Tavares  
Barbosa

Ione Guilherme Pereira  
da Silva

Lucilene Klênia  
Rodrigues Bandeira

César Augusto Ruiz  
Temoche

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

## **RESUMO**

*A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é uma realidade inserida nos planos estratégicos das organizações no cenário contemporâneo. A sociedade está cada vez mais exigente em conhecer e acompanhar as ações realizadas pelas empresas. Uma forma de divulgar essas ações é por meio do Balanço Social (BS), considerado o principal instrumento de prestação de contas dos investimentos realizados em atividades sócio-ambientais que permite identificar a interação entre empresa e seus stakeholders. O presente estudo objetiva analisar o nível de investimentos aplicados em atividades relacionadas aos indicadores sociais internos, externos e ambientais apresentados nos BS publicados nos sites das Usinas de Açúcar e Alcool relacionadas no portal informativo do IBASE. Esta pesquisa é descritiva quanto aos seus objetivos, documental quanto aos procedimentos, com análises de dados secundários disponíveis em sites próprios das usinas investigadas. Foram estudadas 7 das 11 usinas listadas na última relação do ano de 2006 das empresas premiadas com o selo IBASE/Betinho. A análise do tripé econômico-social-ambiental dividido em aspectos obrigatórios e não-obrigatórios permitiu verificar que os investimentos não são realizados integralmente sob o conceito de RSE e sim sob uma obrigatoriedade legal e fiscal e que o indicador com maior investimento corresponde ao indicador social externo. Dessa forma, sob uma análise quantitativa e financeira, considera-se que as usinas estão muito arraigadas às exigências legais e não a um caráter empreendedor da cultura organizacional voltada ao investimento em áreas que vão além da obrigatoriedade comum a todas as empresas.*

Palavras-Chave: Responsabilidade Social. Contabilidade Social. Balanço Social.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO**

Embora o engajamento de muitas empresas em ações sociais já venha ocorrendo no Brasil desde a década de 60 e 70, nos últimos anos, vem crescendo a preocupação com um envolvimento mais sistemático da iniciativa privada sob o tema da responsabilidade social.

A cada dia fica mais evidente para a sociedade a importância de se cobrar responsabilidade sócio-ambiental das empresas privadas em razão da necessidade da sobrevivência coletiva, já que, estas são responsáveis pelos impactos resultantes de suas atividades na sociedade e no meio-ambiente como pode ser observado no trecho abaixo:

Afirma-se com frequência que o setor privado deverá desempenhar um papel cada vez maior na prestação de serviços que hoje são oferecidos pelo Estado, seja em bases comerciais, seja como investimento social e atuação filantrópica (QUEIROZ, 2000, p.1).

Este fenômeno reflete a percepção generalizada na sociedade de que a solução dos problemas sociais é uma responsabilidade de todos, e não apenas do Estado; de que é imperativo garantir a todos o acesso à alimentação, moradia, educação, saúde, emprego, um meio ambiente saudável e a outros bens sociais fundamentais; de que não é mais possível conviver com a exclusão de uma larga parcela da população do acesso aos benefícios sociais, como até agora vem ocorrendo no Brasil.

A responsabilidade social é uma realidade que vem, cada vez mais, ganhando adeptos no ambiente empresarial. Alguns aspectos demonstram que seu conceito já interfere na elaboração de estratégias corporativas, como fator fundamental para a sustentabilidade.

A comprovação da afirmação acima é confirmada pela análise dos resultados da *Pesquisa Ação Social das Empresas* realizada no Brasil no ano de 2006 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O objetivo da referida pesquisa foi realizar um mapeamento da participação do setor empresarial em atividades sociais voltadas para as comunidades mais pobres.

Os resultados apontam um crescimento significativo entre 2000 e 2004, na proporção de empresas privadas brasileiras que realizaram ações sociais em benefício das comunidades. Neste período, a participação empresarial na área social aumentou 10 pontos percentuais, passando de 59% para 69% comparada ao período anterior. São aproximadamente 600 mil empresas que atuam voluntariamente. Em 2004, elas aplicaram cerca de R\$ 4,7 bilhões, o que correspondia a 0,27% do PIB brasileiro naquele ano.

Entre os setores econômicos, o destaque foi o setor de agricultura que registrou um aumento de 35 pontos percentuais, ampliando sua contribuição de 45% para 80%. O setor de construção civil, que era o menos atuante, em 2000, segue na última posição, com apenas 39% de suas empresas realizando ações sociais, o que representou um crescimento de 4 pontos percentuais no período. Os demais setores apresentaram crescimento semelhante, atingindo níveis de atuação que oscilaram entre 69% e 72% das empresas.

Como existe o reconhecimento da necessidade de incluir outros valores e indicadores na avaliação de desempenho de um empreendimento, não apenas no lucro isoladamente, é imprescindível que as empresas invistam no bem estar da sociedade, no seu desenvolvimento sustentável, enfim, assumam o compromisso de tornarem-se socialmente responsáveis.

Segundo Badin (2007), pesquisadora do IBASE, o primeiro passo do compromisso com a responsabilidade social é fornecer informação sobre o conjunto do seus financiamentos para que a sociedade possa avaliar se eles comungam com o bem-estar social e com a não degradação do bem comum, já que, o princípio da transparência está intimamente relacionado com o princípio da responsabilidade.

Neste contexto, a contabilidade e as ciências sociais servem como suporte para desenvolvimento desse compromisso com a RSE, oferecendo subsídios para análises e tomadas de decisão.

Uma das formas de utilizar a contabilidade a favor da responsabilidade social é através da elaboração e análises dos Balanços Sociais. De forma transparente, os dados devem condizer com a realidade da empresa e não ser utilizada como mera ferramenta de marketing na apresentação dos benefícios realizados a sociedade.

O balanço social é considerado o principal instrumento de prestação de contas dos investimentos realizados em projetos sócio-ambientais de uma empresa para com seus *stakeholders* ou grupos de interesse e permite a comparação dos dispêndios realizados entre o

ano atual e o ano anterior, revelando-se dessa forma, uma ferramenta de interação entre eles as partes envolvidas.

Atualmente, não há uma única metodologia para elaboração do Balanço Social. Um dos modelos que está sendo utilizado por diversas empresas de vários portes é o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Outras instituições e organizações engajadas no aprimoramento da divulgação do BS como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a *Global Reporting Initiative* (GRI) apresentam modelos para mensurar o nível de Responsabilidade Social Corporativa.

No entanto, na presente pesquisa, serão utilizados como referência, o modelo e as informações contidas nos BSs disponíveis no portal do IBASE, uma vez que este modelo possui como sistemática a ênfase em dados quantitativos, sendo estes, fundamentais para composição desse estudo, cuja problemática, objetivos e justificativas encontram-se enunciados abaixo.

## 1.2. PROBLEMÁTICA

Santolin e Frey (2005) concluíram em seus estudos que apesar do crescimento da participação das empresas privadas na realização de ações sociais em benefício das comunidades, os BSs apresentados pelas empresas observadas não são de fácil entendimento, prejudicando a sua leitura pela comunidade.

Por sua vez, Frey e Filho (2003) denunciam como pode ser visto na passagem abaixo, que a análise dos balanços sociais elaborados pelas empresas segundo modelo proposto pelo IBASE, não entra no mérito da veracidade e na seriedade das ações sociais tanto internas quanto externas, o que é bastante preocupante.

O Instituto ao analisar os Balanços Sociais e conceder o selo as empresas, não entra no mérito da veracidade das ações, ou seja, não avalia se as ações sociais, tanto internas como externas são sérias ou não. Ele parte do pressuposto de que a partir do momento que o empresário se compromete a agir com ética e transparência divulgando as ações da empresa, a mesmo agiu corretamente na sua gestão (FREY; FILHO, 2003, p. 14).

Atentando para o que consideraram os autores acima, visto que não existe uma fiscalização pós-certificação do selo IBASE/Betinho, procurou-se analisar inicialmente como é estruturado o modelo proposto pelo IBASE, a partir daí, verificou-se que os tópicos relacionados não condizem integralmente ao conceito de responsabilidade social, uma vez que identificou-se aspectos de ordem obrigatória (obrigações regidas por leis) e não-obrigatória (aspectos que vão além das obrigações legais). Dessa forma, formula-se a seguinte questão que norteia o objetivo da pesquisa: dos investimentos realizados e demonstrados nos relatórios sociais divulgados pelas usinas do setor sucroalcooleiro certificadas pelo Selo IBASE/Betinho quanto corresponde às aplicações de âmbito obrigatório e não-obrigatório?

## 1.3. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem como objetivo, analisar os aspectos referentes aos níveis de investimentos distribuídos entre os indicadores sociais internos, externos e ambientais constantes dos BSs das usinas do setor sucroalcooleiro brasileiro divulgados no portal do IBASE no período de 2006, tendo como referência o ano de 2005.

A escolha do setor sucroalcooleiro deu-se em razão da importância da agroindústria canavieira durante toda a formação econômica do Brasil, bem como no atual cenário econômico cujas atenções, voltam-se para o desenvolvimento de projetos no âmbito das energias alternativas, dentre as quais o álcool ganha destaque.

É representativa também, a participação crescente do setor (80% do total) no ano de 2006 comparado a 2005, na pesquisa das empresas privadas brasileiras que realizaram ações sociais em benefício das comunidades.

A contabilidade é a ciência capaz de mensurar os investimentos e analisá-los. Um dos seus papéis é a orientação da sociedade e dos outros grupos de interesses no que diz respeito a todas as demonstrações contábeis das organizações.

Tendo em vista que o Balanço Social é um desses registros, a análise dos níveis de investimentos distribuídos entre os indicadores sociais internos, externos e ambientais retirados dos balanços sociais das indústrias sucroalcooleiras justifica-se à medida que servirão para a sociedade como instrumento informativo, para as empresas analisadas como guia para possíveis melhorias da gestão sócio-ambiental empresarial já que, constitui-se um fator decisivo que começa a influenciar, tanto na imagem da empresa, quanto na qualidade do produto, no seu custo, na comercialização e definitivamente, na competitividade; para outras empresas como referencial e estímulo para futuros investimentos e análises; para estudiosos, governo, sindicatos e outras instituições como instrumento para fiscalização, consulta, planejamento, exploração, aprimoramento do assunto, auxílio à tomada de decisões, controle e incentivo às organizações que influenciam diretamente a sociedade e o meio-ambiente, bem como verificar se é possível confirmar integralmente a existência do conceito de responsabilidade inserido no ambiente organizacional diante dos aspectos que compõe a estrutura do BS elaborado e divulgado.

#### 1.4. ORGANIZAÇÃO DO ARTIGO

Além dessa introdução, o presente artigo apresenta a seguinte estrutura: revisão teórica do assunto, seguida da exposição dos procedimentos metodológicos que norteiam o presente estudo, análise e discussão dos resultados e um último ponto reservado as considerações finais que sumariam esta análise.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir serão discutidos aspectos relacionados a empresa como sistema aberto, Responsabilidade Social Empresarial (RSE), uso da contabilidade como ferramenta de gestão e de evidenciação e mensuração e Balanço Social (BS).

### 2.1. AMBIENTE ORGANIZACIONAL: A EMPRESA COMO SISTEMA ABERTO

Como um sistema aberto, as empresas influenciam e são influenciadas pelo meio no qual estão inseridas. Dessa forma, é necessário que a empresa siga as tendências do mercado a fim de tornar-se cada vez mais competitiva. Além de contribuir economicamente para o desenvolvimento local, regional e nacional, elas devem visar o bem-estar da sociedade e prever estratégias que coadunam para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

Segundo Ramos e Fernández *apud* Siqueira, Ott e Viera (2007) a tendência na atual conjuntura é incorporar estratégias de gestão voltadas ao meio ambiente como parte agregada ao negócio empresarial, a fim de enfrentar a concorrência e permanecer continuamente no mercado. Eles ainda proclamam que é nessa fase que se começa a constituir um fator crucial que influencia decisivamente, tanto na imagem da empresa, quanto na qualidade do produto, no seu custo, na comercialização e definitivamente, na competitividade.

Sobre essa perspectiva, as organizações e de forma específica, as indústrias do setor sucroalcooleiro encontram duas vertentes de desafio: a medida que elas tentam se manter competitivas em um mercado em expansão elas têm que direcionar altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, na gestão de resíduos, de suas externalidades, enfim, de seu desenvolvimento sustentável.

Este estudo, será baseado no conceito de desenvolvimento sustentável extraído da ONU *apud* Siqueira, Ott e Vieira (2007, p. 106):

Desenvolvimento sustentável é entendido como aquele em que as necessidades do presente são satisfeitas sem contudo, comprometer a satisfação das necessidades das futuras gerações. Envolve portanto a manutenção da produtividade dos ecossistemas, associada a um crescimento que possa ser mantido no longo prazo em termos ecológicos, econômicos e sociais.

Para Ramos e Fernández *apud* Siqueira, Ott e Viera (2007, p. 106) “O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade organizacional representam um desafio para a humanidade porque é um problema fundamentalmente de gestão”.

Considerar-se-á neste estudo, o ponto de vista dos autores citados acima, destacando aqui, o merecido reconhecimento no que tange ao desafio encarado pelas empresas ao balancear o desenvolvimento sustentável coletivo à sua sustentabilidade organizacional, valorizando assim, a atitude das usinas analisadas nesse trabalho que diante mão, avançaram rumo às novas tendências expostas acima, já que, demonstram através da divulgação dos seus BSs, o desejo pela manutenção intra e extra-organizacional, o que é bastante louvável.

Entretanto, apesar de reconhecer o interesse das empresas analisadas, não se pretende aqui determinar por meio da análise dos seus respectivos BSs se elas são de fato socialmente responsáveis ou não, mas discutir o nível de investimento realizado em aspectos apresentados pelo IBASE, que para este trabalho foram considerados em pontos obrigatórios (obrigações legais, fiscais e trabalhistas) e não-obrigatórios (aspectos que vão além dos limites latentes de qualquer empresa).

## 2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Conforme declara Drucker (1998, p.328):

Os problemas sociais constituem disfunções da sociedade. Mas, para a direção das organizações, eles representam desafios e são importantes fontes de oportunidades pois, é função da direção das organizações atenderem a determinada necessidade social e ao mesmo tempo servir suas próprias entidades.

Neste estudo, será considerado o conceito de responsabilidade social abordado por Asheley (2002). Para ela, a RSE pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para sua sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas para com ela. A organização nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas na lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Por desenvolvimento sustentável, como foi dito anteriormente, considera-se o conceito extraído de ONU *apud* Siqueira, Ott e Vieira (2007) que é entendido como aquele em que as necessidades do presente são satisfeitas sem contudo, comprometer a satisfação das necessidades das futuras gerações. Envolve portanto a manutenção da produtividade dos ecossistemas, associada a um crescimento que possa ser mantido no longo prazo em termos ecológicos, econômicos e sociais.

Os investimentos das organizações destinados à sociedade podem ser caracterizados como responsável socialmente ou filantrópicos e assistencialistas.

Como a responsabilidade social é um conceito de difícil compreensão, uma vez que, as pessoas têm diferentes crenças sobre que ações irão resultar no aprimoramento do bem-estar

da sociedade, por consequência, os investimentos das organizações destinados à sociedade também tornam-se difíceis de serem diferenciados como é discutido abaixo:

As contribuições para a sociedade de uma forma geral não estão claras, ficando a dúvida se a empresa está fazendo ações de responsabilidade social ou apenas filantropia, que podem ser apenas doações, pois uma coisa é doar montantes sem controle, outra é transformar uma realidade, fazendo com que ela se aproxime ao máximo do ideal (SANTOLIN; FREY, 2005, p. 76).

Neste trabalho diferenciou-se os valores voltados para as ações responsáveis socialmente das filantrópicas em razão das diferenças existentes entre elas.

Quanto ao conceito, para diferenciá-los, Froes e Melo Neto *apud* Santolin e Frey (2005, p.64) explicita que:

As ações de filantropia correspondem à dimensão inicial do exercício da responsabilidade social. Sua característica principal é a benemerência do empresário que se reflete nas doações que faz as entidades assistenciais e filantrópicas. O conceito de responsabilidade social é a relação socialmente compromissada da empresa com a comunidade para abranger todas as relações da empresa: com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, meio ambiente e organizações públicas e estatais.

### 2.3. CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL

Segundo Iudícibus (2000), a contabilidade surge com a necessidade de controlar, avaliar e analisar o desempenho dos negócios.

Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas aproximadamente a 4.000 anos a.C.. Entretanto, antes disso, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar sua ânforas de bebida, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade (IUDÍCIBUS, 2000, p.30).

Quanto ao objetivo da Contabilidade, o mesmo autor define que seu objetivo é fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.

Portanto, é dever da Contabilidade, o fornecimento do máximo de informações úteis aos usuários para a tomada de decisão que tanto podem ser internas ou externas as organizações. No contexto da responsabilidade social empresarial, a contabilidade que ganha destaque é a Social. Segundo Souza e Pacheco (2007) a Contabilidade Social (CS) surge como um instrumento capaz de evidenciar e mensurar impactos, analisando o perfil da responsabilidade social e ecológica das entidades.

Neste estudo, o uso da Contabilidade permitiu a análise das informações evidenciadas nos balanços sociais das referidas indústrias. Os objetivos e os principais usuários do balanço social estarão descritos na próxima sessão.

### 2.4. BALANÇO SOCIAL

Uma das formas de evidenciar ou demonstrar os investimentos que estão sendo empregados pelas organizações é por meio do Balanço Social. Seu objetivo é gerar informações que satisfaçam as necessidades de quem delas precisam.

Tomou-se como referência para este estudo, a definição de balanço social citada abaixo:

Balanço Social é definido como um instrumento de medição que permite conhecer e valorar em termos quantitativos e qualitativos os resultados da gestão social da

empresa dentro de um período determinado confrontando com as metas preestabelecidas, aplicando as ações corretivas necessárias e planejando o trabalho dos períodos seguintes (FREY; FILHO, 2003, p. 12).

De acordo com Lisboa e Ribeiro *apud* Santolin e Frey (2005, p. 69),

O Balanço Social na sua concepção mais ampla envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade local e recursos humanos.

Para a construção do Balanço Social, Kroetz *apud* Silva e Pires (2005, p.5) defendem que é necessário observar os requisitos solicitados pelos mais diversos usuários para servir como um instrumento capaz de agregar valor, causar surpresa e desencadear ações, busca-se no usuário final, por meio da coleta de suas necessidades, a seleção de informações úteis e relevantes a serem divulgadas.

As informações evidenciadas no Balanço Social das organizações para os seus mais diversos usuários foram analisadas por Santolin e Frey (2005) que em resumo, afirmam que para os acionistas, oferecem informações sobre os valores investidos no meio ambiente e na comunidade onde a empresa está inserida, além de impostos, taxas, contribuições federais, estaduais e municipais e principalmente a receita líquida e bruta das vendas.

Para o governo, as principais informações que podem ser obtidas dizem respeito à obediência as leis e o pagamento de tributos, para os empregados são oferecidas as informações acerca de salários, treinamentos e outros benefícios oferecidos. Quanto aos fornecedores, as informações analisadas dizem respeito ao aspecto legal e as condições de respeito de contratos, julgando as informações não apenas em função do resultado econômico, mas sob os aspectos dos resultados sociais. Para os compradores ou clientes, podem ser extraídas informações sobre como o funcionário é tratado pela organização, conhecimento sobre as empresas que produz os bens de consumo e serviços que são adquiridos por elas e finalmente, verificar os investimentos que ela realiza na sociedade.

Para a comunidade, as contribuições condizentes à melhoria da qualidade de vida na comunidade e a conservação dos recursos naturais são as suas principais informações de interesse. Para o ambiente natural as informações que merecem atenção são os investimentos no meio ambiente e na cidadania.

Silva e Pires (2005) afirmam que no Brasil, as empresas precursoras na elaboração e divulgação do BS foram a Nitrofértil (1984), a Telebrás (meados da década de 80) e o Banespa (1972).

A partir de 1997, por meio das intensas campanhas lideradas pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) juntamente com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que o movimento em torno da Responsabilidade Social Empresarial e a publicação do BS toma proporções a nível nacional com o objetivo de conscientizar os empresários e a sociedade para a importância de publicar o BS segundo um modelo padrão.

Diferentemente de países como a França, no Brasil, o BS não é um demonstrativo contábil obrigatório, mas existem algumas instituições que padronizam a publicação das informações fornecidas, das quais merecem destaque o IBASE, o Instituto Ethos e internacionalmente a *Global Reporting Initiative* (GRI) que oferecem modelos que permitem a comparação dos dispêndios realizados entre um ano atual e o ano anterior.

As organizações são livres para adotar como padrão aquele modelo que deseje, entretanto, é importante ressaltar que alguns princípios gerais devem contribuir para a organização da informação contida no Balanço Social. Segundo Kroetz *apud* Santolin e Frey (2005) estes princípios são: pertinência, objetividade, uniformidade ou consistência, continuidade e a certificação.

Neste estudo, utiliza-se como referência os balanços sociais publicados segundo proposta do IBASE, tendo em vista o caráter quantitativo das informações fornecidas, essenciais para o cumprimento do objetivo deste estudo, que visa identificar os níveis de investimento distribuídos entre os indicadores sociais internos, externos e ambientais das Usinas de Açúcar e Álcool cujos BS estão disponíveis no portal informativo do IBASE no período de 2005 a 2006.

### 3. METODOLOGIA

Quanto ao objetivo, a pesquisa possui caráter descritivo, diante da qual buscou-se detalhar aspectos relacionados ao nível de investimentos realizados pelas usinas do setor sucroalcooleiro nas vertentes relacionadas aos indicadores internos, externo e ambientais apresentados em seus respectivos Balanços Sociais.

Para Beuren (2006) as pesquisas descritivas, como o próprio nome sugere, descrevem aspectos ou comportamentos de determinada população analisada. Quanto aos procedimentos, realizou-se uma pesquisa documental, por meio da busca dos BSs nos respectivos portais informativos das usinas analisadas.

O mesmo autor aponta a importância de tal instrumento de pesquisa ao afirmar que este procedimento permite uma organização de informações dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

#### 3.1. UNIVERSO DA PESQUISA

No portal informativo do IBASE Balanço Social estão relacionadas as listas ano a ano das empresas que tiveram seus relatórios sociais divulgados de acordo com o modelo proposto pelo IBASE. Para a consecução do objetivo da presente pesquisa foram analisadas apenas a listagem do ano de 2006, pesquisadas no mês de maio do ano de 2007 sendo esta, a mais recente.

A lista conta com 52 empresas dos mais variados segmentos empresariais. Desse total, 5,72% ou seja, 11 empresas pertencem ao setor sucroalcooleiro (processamento de açúcar e álcool). Feita uma busca nos sites de cada uma das Usinas de tratamento especial com cana-de-açúcar citadas, verificou-se que 2 delas não apresentaram o BS visivelmente exposto em seu portal informativo, outras duas dispunham de BS referentes ao intervalo 2005-2004. Em função da acessibilidade, determinou-se uma amostra composta pelas 7 (sete) usinas restantes, as quais divulgavam dados mais recentes referentes ao período analítico 2006-2005. Para a realização da análise definiu-se trabalhar com os BS das sete usinas do período mais recente.

Apesar dos nomes das empresas serem expostos à comunidade no site do IBASE, resolveu-se nesse trabalho, estabelecer códigos e não apresentar os respectivos nomes das usinas. Na tabela 1, verifica-se a relação das usinas e suas respectivas localidades.

Tabela 1. Relação da localização das Usinas com Balanço Social Analisados

Usinas	Estados
U1	Minas Gerais
U2	São Paulo
U3	São Paulo
U4	São Paulo
U5	São Paulo
U6	Parana
U7	São Paulo

Da amostra analisada, verifica-se que todas estão localizadas na região Sul do Brasil, sendo que 5 delas (71,43%) estão estabelecidas entre os municípios do Estado de São Paulo, e cada uma das demais situadas respectivamente nos Estados de Minas Gerais e Paraná.

Serão analisados os aspectos relacionados aos indicadores internos, externos e ambientais, levando em consideração a perspectiva quantitativa evolutiva com sua base de cálculo (receita líquida, resultado operacional e folha de pagamentos bruta).

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir serão analisados aspectos apresentados segundo modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE.

##### 4.1. BASE DE CÁLCULO (BC)

Neste primeiro momento, será apresentada a base de cálculo no modelo do BS proposto pelo IBASE que é composta pelos montantes da Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta e logo em seguida, serão tecidas as análises sócio-ambientais.

##### 4.1.1. RECEITA LÍQUIDA (RL)

Verifica-se na Tabela 2 que foi unânime o aumento da receita líquida no período analisado das Usinas de Açúcar e Álcool, com variação de 3% como é o caso da Usina (U7) a 65% como se apresenta os dados financeiros da Usina (U3).

A partir dessa informação formula-se a seguinte hipótese: será que a empresa que mais obteve receita dentro do período investigado é a que mais investiu nos variados aspectos dos indicadores internos, externos e ambientais? Verificou-se que a empresa que obteve o maior resultado líquido variando de 2005 a 2006, foi a U3, no entanto constatou-se que a empresa que mais contribuiu em investimentos dos indicadores sócio-ambientais nos dois anos consecutivos, como pode ser observado na Tabela 2, foi a U2. Isso demonstra que não se pode afirmar que se uma empresa obtem receitas maiores irá aumentar seus investimentos em âmbito sócio-ambiental, uma vez que, a empresa como sistema aberto recebe e transmite fortes influências no meio na qual esta inserida.

Verifica-se que as empresas do setor investiram respectivamente em 2005 e 2006 uma média de R\$ 39.243,71 e R\$ 53.953,00.

Tabela 2. Variação anual da Receita Líquida e do Total dos Indicadores Sócio-Ambientais por Usina

USINAS	RECEITA LÍQUIDA		△ %	TOTAL		△ %	% SOBRE	
	VALOR EM MIL R\$			INDIC. SOCIAIS E AMBIENTAIS			RL	
	Período	2006	2005	2006	2005	2006	2005	
U1	114.006,00	88.182,00	29%	22.810,00	13.257,00	72%	20%	15%
U2	651.954,00	441.124,00	48%	155.541,00	102.709,00	51%	24%	23%
U3	445.881,00	269.987,00	65%	59.568,00	40.737,00	46%	13%	15%
U4	270.162,00	201.142,00	34%	55.872,00	38.100,00	47%	21%	19%
U5	177.005,00	139.710,00	27%	44.130,00	51.598,00	-14%	25%	37%
U6	122.135,00	87.620,00	39%	17.431,00	10.626,00	64%	14%	12%
U7	144.681,00	140.977,00	3%	22.319,00	17.679,00	26%	15%	13%
Total	1.925.824,00	1.368.742,00		377.671,00	274.706,00			

Fonte: Balanços Sociais segundo Modelo IBASE. Adaptação dos autores.

##### 4.1.2. RESULTADO OPERACIONAL (RO)

Quanto ao Resultado Operacional relacionado exclusivamente a apuração do resultado das atividades fins da Usina, verifica-se certas variações de decréscimo como nos casos das usinas U1 e U6.

Tabela 3. Variação anual do Resultado Operacional por Usina

USINAS	RESULTADO OPERACIONAL		
	VALOR EM MIL R\$		$\Delta$
Período	2006	2005	%
U1	2.454,00	3.524,00	-30%
U2	197.542,00	62.312,00	217%
U3	11.124,00	6.202,00	79%
U4	47.836,00	28.756,00	66%
U5	26.489,00	8.665,00	206%
U6	10.917,00	12.790,00	-15%
U7	22.223,00	3.425,00	549%

Fonte: Balanços Sociais segundo Modelo IBASE. Adaptação dos autores.

#### 4.1.3. FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA (FPB)

O setor sucroalcooleiro demanda muita mão-de-obra. Dessa forma, diante do seu crescimento, verifica-se que a tendência são maiores gastos com pessoal, conforme se apresenta na Tabela 4. Onde o aumento da folha de pagamento representado pelas 7 usinas, variou de 12 a 98%. Analisando sua relação com a receita líquida, verifica-se que no ano de 2005, esse dispêndio variou entre 5 a 23%, já em 2006, teve empresas que destinaram cerca de 18 a 28% de sua receita líquida a folha de pagamento.

Tabela 4. Variação anual da Folha de Pagamento Bruta

USINAS	FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA		% SOBRE		
	VALOR EM MIL R\$		$\Delta$	RL	
Período	2006	2005	%	2006	2005
U1	16.751,00	14.914,00	12%	15%	17%
U2	68.470,00	47.943,00	43%	11%	11%
U3	18.473,00	12.938,00	43%	4%	5%
U4	49.415,00	42.213,00	17%	18%	21%
U5	25.710,00	12.973,00	98%	15%	9%
U6	11.081,00	8.198,00	35%	9%	9%
U7	39.899,00	32.311,00	23%	28%	23%
Total	229.799,00	171.490,00			

Fonte: Balanços Sociais segundo Modelo IBASE. Adaptação dos autores.

#### 4.2. ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS

Como já foi explicado anteriormente, desenvolveu-se a metodologia de classificar em obrigatórios e não-obrigatórios os aspectos relacionados aos investimentos sócio-ambientais como pode ser observado no Anexo A.

Esta divisão baseou-se no conceito de responsabilidade social abordado por Asheley (2002). Para ela, a organização é socialmente responsável quando assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas na lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade e do meio ambiente.

Portanto, em cada sessão dos indicadores sócio-ambientais dispostos abaixo, serão apresentados seguindo a proposta do IBASE, diferenciando-os quanto ao aspecto da obrigatoriedade e da não-obrigatoriedade, afim de alcançar o objetivo desse estudo que é discutir o nível de investimento realizados em âmbito sócio-ambiental.

A discussão em torno do nível de aplicação dos recursos em aspectos sociais e ambientais condizem com os resultados financeiros. Identificou-se na primeira fase da análise dos dados da Base de Cálculos que houve certa evolução dos ganhos na receita e resultados operacionais e, conseqüentemente, na folha de pagamento bruta, já que, como conseqüência do ciclo de desenvolvimento das empresas, a medida que ela cresce financeiramente necessita de mais mão-de-obra, refletindo dessa forma, na evolução dos valores pagos com a folha de pagamento bruto.

As análises posteriores serão guiadas partindo do pressuposto de que os relatórios sociais divulgados pelas Usinas em estudo tenham seguido os princípios da transparência e da abrangência .

Tabela 5. Indicadores Sociais Internos, Externos e Ambientais

USINAS	INDICADORES SOCIAIS POR MIL R\$									TOTAL		%
	INTERNOS			EXTERNOS			AMBIENTAIS					
Periodo	2006	2005	%	2006	2005	%	2006	2005	%	2006	2005	%
U1	8.592,00	6.257,00	37%	13.211,00	6.193,00	113%	1.007,00	807,00	25%	22.810,00	13.257,00	72%
U2	30.118,00	22.367,00	35%	118.888,00	73.501,00	62%	6.535,00	6.841,00	-4%	155.541,00	102.709,00	51%
U3	9.125,00	7.559,00	21%	50.079,00	33.141,00	51%	364,00	37,00	884%	59.568,00	40.737,00	46%
U4	22.283,00	19.477,00	14%	33.121,00	18.507,00	79%	468,00	116,00	303%	55.872,00	38.100,00	47%
U5	5.478,00	3.320,00	65%	5.267,00	4.135,00	27%	33.385,00	44.929,00	-26%	44.130,00	52.384,00	-16%
U6	5.711,00	4.479,00	28%	11.018,00	5.785,00	90%	702,00	362,00	94%	17.431,00	10.626,00	64%
U7	11.676,00	10.188,00	15%	9.440,00	6.691,00	41%	1.203,00	800,00	50%	22.319,00	17.679,00	26%
TOTAL	92.983,00	73.647,00	79%	241.024,00	147.953,00	61%	43.664,00	53.892,00	123%	377.671,00	275.492,00	

Fonte: Balanços Sociais segundo Modelo IBASE. Adaptação dos autores.

#### 4.2.1. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

Os indicadores sociais internos no modelo do IBASE, são aqueles relacionados a alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros que não são diretamente classificados dos empregados da empresa.

Na classificação disposta no Anexo A, considerou-se como obrigatórios os investimentos internos em alimentação, encargos sociais compulsórios, saúde, segurança e saúde no trabalho, creches e auxílio-creche. Já os não obrigatórios são aqueles destinados a previdência privada, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, participação nos lucros e outros.

Quanto ao montante relacionado aos indicadores internos, índices positivos de investimento variam de 14 a 65% como pode ser observado na Tabela 5, no caso das respectivas Usinas U4 e U5. Entretanto, como pode ser observada no Anexo A, a maior parte desses investimentos diz respeito ao pagamento dos encargos sociais compulsórios caracterizando dessa forma o cumprimento de uma exigência legal.

#### 4.2.2. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Os indicadores sociais externos no modelo do IBASE, são aqueles relacionados as ações de ordem externa, ou seja, àquelas voltadas a comunidade que incluem investimentos em habitação, educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar entre outros não detalhados. São acrescidos ainda neste indicador os valores relacionados aos tributos.

A classificação estabelecida neste trabalho disposta no Anexo A, considera como obrigatório apenas os tributos e os demais são não-obrigatórios.

Verificou-se que é neste aspecto social, dentre todos os investimentos, que as empresas do setor sucroalcooleiro mais investem. Foram constatados índices que variam de 41% a 113%, respectivamente as Usinas U7 e U1 (tabela 05). No entanto, são os valores relativos aos tributos que tem maior incidência sobre esse grupo de indicadores sociais que representa na média dos dois anos, 98,66% do total investido nesse grupo.

#### 4.2.3. INDICADORES AMBIENTAIS

No modelo do IBASE, são os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e os investimentos em programas/projetos externos. Para este trabalho, considerou-se os últimos como não-obrigatórios e os primeiros como obrigatórios.

Em relação às ações sociais ambientais, verifica-se que são tímidos os investimentos na área ambiental apesar de tanta atenção dada a essa exigência para o equilíbrio do ecossistema a nível mundial. Neste indicador, verifica-se (tabela 05) que houve as maiores variações no período estudado que foram de -4% a 884% e assim como os outros indicadores, os investimentos obrigatórios foram os mais significativos representando em média 73,29% do total dos investimentos nesse indicador.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a tendência de investimento dentro dos indicadores sociais são positivos, no entanto, verifica-se que existe uma grande preocupação das empresas do setor em atender as exigências tributárias e encargos sociais, ao invés de assumirem outras atribuições motivadas por empreendimentos próprios relacionados à cultura organizacional independentemente das exigências relativas as legislações vigentes.

Visto que as empresas devem objetivar a eficácia da sustentabilidade relacionando-se o tripé econômico-social-ambiental, é fundamental obedecer estes três pilares: ser economicamente suficiente, socialmente responsável e ambientalmente correta.

A análise feita com 7 empresas do setor sucroalcooleiro permitiu verificar sob os aspectos quantitativos que são empresas que conferem os pilares do tripé. Empresas estas, que tem projeções de crescimento financeiro devido a uma exigência mundial da produção de alternativas que visem substituir o combustível fóssil por combustíveis ditos verdes ou ambientalmente puros.

Apesar da análise quantitativa não permitir uma afirmação concreta quanto aos verdadeiros sentimentos da RSE desenvolvida pelas empresas pesquisadas, pode-se contudo dizer, que já é um passo positivo o interesse apresentado por estas, ao buscar divulgar à comunidade aspectos sócio-ambientais. Passo que permite, desenvolver um diálogo interativo entre empresa e seus diversos *stakeholders*. A partir do momento em que as empresas inserirem a RSE como conceito de negócio e uma responsabilidade latente, haverá uma transição visível do conceito de filantropia e assistencialismo para o verdadeiro e defendido conceito de RSE voltado ao bem-estar social que ultrapassam as obrigações legais.

O objetivo deste trabalho foi analisar o nível de investimentos aplicados em atividades relacionadas aos indicadores sociais internos, externos e ambientais apresentados nos balanços sociais publicados nos sites das Usinas de Açúcar e Alcool relacionadas no portal informativo do IBASE afim de averiguar quanto estas indústrias investem em aspectos relacionados à responsabilidade sócio-ambiental.

Como foi visto, a tendência na atual conjuntura é incorporar estratégias de gestão voltadas ao meio ambiente como parte agregada ao negócio empresarial. Baseados nas análises dos investimentos internos, externos e ambientais daquelas usinas e considerando que a responsabilidade social corresponde a todos os investimentos que excedem ao exigido em lei, verificou-se que as empresas analisadas se propõem a agregar esse novo conceito às suas estratégias investindo em responsabilidade social (aspectos não-obrigatórios), entretanto, seus

investimentos ainda são tímidos, visto que, de todos os investimentos realizados, sejam eles sociais ou ambientais, os considerados obrigatórios, aqueles realizados por imposição de leis e normas externas superaram e muito os não-obrigatórios, aqueles empreendidos segundo a cultura organizacional da empresa.

As empresas estudadas demonstraram pela análise evolutiva uma atitude responsável socialmente e não filantrópica, pois o compromisso com os investimentos foram comprovados através, na maioria dos casos, do aumento dos valores de seus investimentos comparados de um ano para o outro, descartando dessa forma, a prática da filantropia.

Pode-se dizer que os investimentos nos indicadores sociais internos são positivos, vez que, os investimentos destinados cresceram de um ano para o outro em todas as indústrias, no entanto, verifica-se que existe uma grande preocupação das indústrias do setor em atender as exigências tributárias e encargos sociais, ao invés de assumirem outras atribuições motivadas por empreendimentos próprios relacionados à cultura organizacional independentemente das exigências relativas às legislações vigentes.

Verificou-se que os indicadores sociais externos obrigatórios, os tributos, são responsáveis pelos maiores índices de investimentos das indústrias estudadas revelando assim, que uma das possíveis causas para que estas indústrias não destinem mais investimentos à sociedade e ao meio ambiente é alta carga tributária exigida pelo governo. Faz-se, portanto, uma observação de que a falta de incentivo do Estado brasileiro no que se refere à responsabilidade sócio-ambiental corporativa no que tange a alta carga tributária exigida às organizações inviabiliza, dessa forma, a disponibilidade de maiores investimentos na área.

Já os investimentos nos indicadores ambientais não apresentaram resultados positivos em todas as usinas nos períodos estudados demonstrando que o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável ainda está sendo visto como segunda opção por alguns, o que é bastante preocupante.

Também merece destacar que não houve nenhuma indústria estudada localizada no norte/nordeste brasileiro demonstrando a possibilidade da fragilidade dessa região especialmente das indústrias desse setor para com os investimentos socialmente responsáveis e o interesse em demonstrar e transparecer suas ações.

Não se pretende aqui denunciar se existe ou não princípios éticos, mas estabelecer um diálogo interativo que incentive as organizações de forma geral, criar e manter o compromisso sócio-ambiental afim de cooperar para o desenvolvimento sustentável do país, proporcionando dessa forma a manutenção da produtividade dos ecossistemas, associada a um crescimento que possa ser mantido no longo prazo em termos ecológicos, econômicos e sociais.

Verifica-se por meio deste, que ainda há muito a ser discutido quanto a elaboração de um modelo de relatório sócio-ambiental que congregue aspectos que reflitam verdadeiramente as estratégias sementeas pelas organizações, evidenciando não apenas pontos positivos, mas como também aspectos negativos e projeções do que a empresa planeja desenvolver em prol da sustentabilidade do ambiente.

Dessa forma fica a sugestão de realizar futuras pesquisas qualitativas nas empresas aqui estudadas afim de comprovar se de fato existe o desenvolvimento do conceito de RSE, quanto ao relacionamento com seus funcionários, clientes, fornecedores e governo.

## **6. REFERÊNCIAS**

ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BADIN, L. *Responsabilidade Social no BNDES*. *Gazeta Mercantil*, 2007. Disponível em <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1768>>. Acesso em: jul. 2007.

BALANÇO SOCIAL – Modelo IBASE – Versão 2006. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: jul. 2007.

BEUREN, I. M. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2006.

DRUCKER, P. Introdução a Administração. São Paulo: Pioneira, 1998.

FREY, M.; FILHO, U. Análise das ações sociais da empresas detentoras do selo IBASE/Betinho – 2000. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 09-28, ago. 2003.

IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso: jul. 2007.

IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. A iniciativa Privada e o Espírito Público: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Disponível em <<http://getinternet.ipea.gov.br/asocial/>> . Acesso em: jul. 2007.

QUEIROZ, A. A responsabilidade social das empresas no Brasil: um estudo sobre indicadores. V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, p. 24-27, oct. 2000.

SANTOLIN, A.; FREY, M. O papel do Balanço Social na gestão empresarial. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 43-60, ago. 2005.

SILVA, R.; PIRES, M. Balanço Social: uma análise do modelo adotado pela Companhia Siderúrgica de Tubarão de 1998 a 2004. Disponível em <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos32006/207.pdf>>. Acesso em: jun. 2007.

SIQUEIRA, J; OTT, E.; VIEIRA, E. Um Estudo sobre o posicionamento Social e Ambiental em Indústrias do Setor Metal-Mecânico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. ABCCustos Associação Brasileira de Custos – vol. 2 n° 1, p. 102-118, jan/abr, 2007.

SOUZA, D. C; PACHECO, V. O BALANÇO SOCIAL ATENDE AOS OBJETIVOS A QUE SE PROPÕE? In. 7° Congresso USP Controladoria e Contabilidade. Anais eletrônicos... São Paulo, 2007. 1 CD ROM.

\_\_\_\_\_ Pesquisa Balanço Social: Comunicando a Responsabilidade Corporativa. Disponível em <[http://www.premiobalancosocial.org.br/pesquisa/pesquisa\\_bs.pdf](http://www.premiobalancosocial.org.br/pesquisa/pesquisa_bs.pdf)>. Acesso em: jun. 2007.

## ANEXO A

ANÁLISE HORIZONTAL - DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES DOS INVESTIMENTOS NOS ANOS 2005 E 2006 E SUAS VARIAÇÕES (%).

Escala: Em R\$ 1.000,00

	USINAS POR CODIGOS																				
	U1			U2			U3			U4			U5			U6			U7		
	2006	2005	Var.	2006	2005	Var.	2006	2005	Var.	2006	2005	Var.	2006	2005	Var.	2006	2005	Var.	2006	2005	Var.
1.1. RECEITA LIQUIDA	114.006,00	88.182,00	29%	651.954,00	441.124,00	48%	445.881,00	269.987,00	65%	270.162,00	201.142,00	34%	177.005,00	139.710,00	27%	122.135,00	87.620,00	39%	144.681,00	140.977,00	3%
1.2. RESULTADO OPERACIONAL	2.454,00	3.524,00	-30%	197.542,00	62.312,00	217%	11.124,00	6.202,00	79%	47.836,00	28.756,00	66%	26.489,00	8.665,00	206%	10.917,00	12.790,00	-15%	22.223,00	3.425,00	549%
1.3. FOLHA DE PAGAMENTO	16.751,00	14.914,00	12%	68.470,00	47.943,00	43%	18.473,00	12.938,00	43%	49.415,00	42.213,00	17%	25.710,00	12.973,00	98%	11.081,00	8.198,00	35%	39.899,00	32.311,00	23%
<b>A OBRIGATÓRIOS</b>	<b>8.592,00</b>	<b>6.257,00</b>	<b>37%</b>	<b>30.118,00</b>	<b>22.367,00</b>	<b>35%</b>	<b>9.125,00</b>	<b>7.559,00</b>	<b>21%</b>	<b>22.283,00</b>	<b>19.477,00</b>	<b>14%</b>	<b>5.478,00</b>	<b>3.320,00</b>	<b>65%</b>	<b>5.711,00</b>	<b>4.479,00</b>	<b>28%</b>	<b>11.676,00</b>	<b>10.188,00</b>	<b>15%</b>
2.1. ALIMENTACAO	6.305,00	5.020,00	26%	18.306,00	14.050,00	30%	6.536,00	5.480,00	19%	14.275,00	12.880,00	11%	1.440,00	1.007,00	43%	4.570,00	3.454,00	32%	6.883,00	6.507,00	6%
2.2. ENCARGOS SOCIAIS COMPULSORIOS	1.595,00	1.478,00	8%	6.241,00	4.104,00	52%	1.510,00	1.845,00	-18%	2.785,00	2.056,00	35%	963,00	786,00	23%	495,00	383,00	29%	1.651,00	1.885,00	-12%
2.4. SAUDE	4.050,00	2.844,00	42%	8.556,00	7.174,00	19%	4.371,00	3.102,00	41%	8.209,00	7.779,00	6%	-	29,00	-100%	3.557,00	2.573,00	38%	3.870,00	3.088,00	25%
2.5. SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO	32,00	220,00	-85%	3.020,00	2.262,00	34%	438,00	351,00	25%	2.242,00	2.170,00	3%	86,00	78,00	10%	206,00	170,00	21%	711,00	990,00	-28%
2.9. CRECHES OU AUXILIO-CRECHE	625,00	472,00	32%	484,00	505,00	-4%	79,00	83,00	-5%	1.018,00	875,00	16%	391,00	114,00	243%	312,00	328,00	-5%	651,00	544,00	20%
<b>B NÃO - OBRIGATÓRIOS</b>	<b>3,00</b>	<b>6,00</b>	<b>-50%</b>	<b>5,00</b>	<b>5,00</b>	<b>0%</b>	<b>138,00</b>	<b>99,00</b>	<b>39%</b>	<b>21,00</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.3. PREVIDENCIA PRIVADA	2.287,00	1.237,00	85%	11.812,00	8.317,00	42%	2.589,00	2.079,00	25%	8.008,00	6.597,00	21%	4.038,00	2.313,00	75%	1.141,00	1.025,00	11%	4.793,00	3.681,00	30%
2.6. EDUCACAO	-	-	-	50,00	28,00	-	-	0	-	104,00	411,00	-75%	761,00	249,00	-	N/A	N/A	-	-	-	-
2.7. CULTURA	163,00	124,00	31%	426,00	342,00	25%	219,00	145,00	51%	138,00	110,00	25%	94,00	85,00	11%	173,00	170,00	2%	263,00	210,00	25%
2.8. CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO P	-	1,00	-100%	110,00	92,00	20%	91,00	75,00	21%	14,00	8,00	75%	-	-	-	4,00	N/A	100%	-	-	-
2.10. PARTICIPACAO NOS LUCROS	97,00	104,00	-7%	229,00	156,00	47%	70,00	25,00	180%	383,00	197,00	94%	21,00	45,00	-53%	54,00	36,00	50%	1.460,00	990,00	47%
2.11. OUTROS	1.194,00	294,00	306%	4.654,00	3.676,00	27%	1.102,00	1.030,00	7%	6.156,00	4.568,00	35%	487	192,00	154%	752,00	476,00	58%	2.725,00	2.003,00	36%
	833,00	714,00	17%	6.343,00	4.023,00	58%	1.107,00	804,00	38%	1.213,00	1.303,00	-7%	2.675,00	1.742,00	54%	158,00	343,00	-54%	345,00	478,00	-28%
<b>A OBRIGATÓRIOS</b>	<b>13.211,00</b>	<b>6.193,00</b>	<b>113%</b>	<b>118.888,00</b>	<b>73.501,00</b>	<b>62%</b>	<b>50.079,00</b>	<b>33.141,00</b>	<b>51%</b>	<b>33.121,00</b>	<b>18.507,00</b>	<b>79%</b>	<b>5.267,00</b>	<b>4.135,00</b>	<b>27%</b>	<b>11.018,00</b>	<b>5.785,00</b>	<b>90%</b>	<b>9.440,00</b>	<b>6.691,00</b>	<b>41%</b>
3.7. TRIBUTOS (EXCLUIDOS ENCARGOS SOC	13.061,00	6.089,00	115%	118.571,00	73.215,00	62%	49.696,00	33.133,00	50%	33.013,00	18.451,00	79%	5.099,00	4.046,00	26%	10.763,00	5.683,00	89%	9.217,00	6.547,00	41%
<b>B NÃO - OBRIGATÓRIOS</b>	<b>150,00</b>	<b>104,00</b>	<b>44%</b>	<b>317,00</b>	<b>286,00</b>	<b>11%</b>	<b>383,00</b>	<b>8,00</b>	<b>46,88%</b>	<b>108,00</b>	<b>56,00</b>	<b>93%</b>	<b>168,00</b>	<b>89,00</b>	<b>89%</b>	<b>255,00</b>	<b>102,00</b>	<b>150%</b>	<b>223,00</b>	<b>144,00</b>	<b>55%</b>
3.1. EDUCACAO	10,00	8,00	25%	140,00	76,00	84%	35,00	8,00	338%	10,00	-	100%	17,00	19,00	-11%	240,00	76,00	216%	30,00	17,00	76%
3.2. CULTURA	73,00	66,00	11%	29,00	92,00	-68%	90,00	-	100%	-	-	-	-	-	5,00	15,00	-67%	102,00	10,00	920%	
3.3. SAUDE E SANEAMENTO	-	4,00	-100%	14,00	41,00	-66%	1,00	-	100%	18,00	21,00	-14%	8,00	17,00	-53%	3,00	2,00	50%	7,00	45,00	-84%
3.4. ESPORTE	15,00	2,00	650%	15,00	29,00	-48%	4,00	-	100%	-	-	-	7,00	8,00	-13%	-	4,00	-100%	4,00	7,00	-43%
3.5. COMBATE A FOME E SEGURANCA ALIM	15,00	14,00	7%	16,00	16,00	0%	46,00	-	100%	10,00	9,00	11%	2,00	1,00	100%	1,00	3,00	-67%	43,00	27,00	59%
3.6. OUTROS	37,00	10,00	270%	103,00	32,00	222%	207,00	-	100%	70,00	26,00	169%	134,00	44,00	205%	6,00	2,00	200%	37,00	38,00	-3%
<b>A OBRIGATÓRIOS</b>	<b>1.007,00</b>	<b>807,00</b>	<b>25%</b>	<b>6.535,00</b>	<b>6.841,00</b>	<b>-4%</b>	<b>364,00</b>	<b>37,00</b>	<b>884%</b>	<b>468,00</b>	<b>116,00</b>	<b>303%</b>	<b>33.385,00</b>	<b>44.929,00</b>	<b>-26%</b>	<b>702,00</b>	<b>362,00</b>	<b>94%</b>	<b>1.203,00</b>	<b>800,00</b>	<b>50%</b>
4.1. INVEST. RELAC. COM A PRODUÇÃO/OPF	317,00	160,00	98%	6.288,00	6.600,00	-5%	350,00	-	100%	138,00	101,00	37%	33.257,00	44.929,00	-26%	649,00	282,00	130%	1.198,00	795,00	51%
<b>B NÃO - OBRIGATÓRIOS</b>	<b>690,00</b>	<b>647,00</b>	<b>7%</b>	<b>247,00</b>	<b>241,00</b>	<b>2%</b>	<b>14,00</b>	<b>37,00</b>	<b>-62%</b>	<b>330,00</b>	<b>15,00</b>	<b>2100%</b>	<b>128,00</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>53,00</b>	<b>80,00</b>	<b>-34%</b>	<b>5,00</b>	<b>5,00</b>	<b>0%</b>
4.2. INVEST.EM PROGRAMAS E/OU PROJETO	690,00	647,00	7%	247,00	241,00	2%	14,00	37,00	-62%	330,00	15,00	2100%	128,00	-	100%	53,00	80,00	-34%	5,00	5,00	0%